

**EXPEDIENTE:** Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

**imprensa@sintrajusc.org.br**  
**www.sintrajusc.org.br**

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 800 exemplares

Nº 939

# Comissão do Trabalho aprova PCS sem acordo

**Projeto foi aprovado por unanimidade conforme compromisso assumido Fenajufe já articula relator para Comissão de Finanças**

O PCS foi aprovado por unanimidade hoje de manhã, na Comissão do Trabalho da Câmara, conforme compromisso assumido pelos deputados na semana passada com os servidores. O projeto entretanto foi aprovado sem acordo com o Executivo sobre a questão orçamentária, portanto sem qualquer alteração de conteúdo. A Fenajufe já está articulando o relator para a próxima comissão, a de Finanças, que poderá ser o catarinense Cláudio Vignati (PT) ou o próprio presidente da Comissão o gaúcho Pepe Vargas (PT) que já se comprometeu com a categoria.

Nosso problema agora não é a tramitação normal do projeto de comissão em comissão, pois se isto acontecer não haverá tempo para aprovação antes do recesso. Só quem pode resolver a questão neste momento é o presidente do STF, Cesar Peluso. O ministro está numa postura passiva de esperar que o Ministro do Planejamento ligue para ele apresentando uma contra-proposta. O Ministro do Planejamento evidentemente não tem pressa nenhuma e, ao contrário dos deputados da comissão do trabalho, não cumpre os compromissos assumidos pelo seu ministério. Na reunião com

os representantes do STF semana passada, o Secretário Executivo do MPOG garantiu que nesta segunda teria uma resposta para o Judiciário, mas até agora nada. Hoje à tarde a Fenajufe e o Comando Nacional de Greve vão até o Supremo forçar uma reunião com o presidente para cobrar uma atitude de defesa da proposta que é do STF. Só isso pode destrancar a tramitação e agilizar um acordo para a aprovação. No momento em que o acordo estiver acertado, aprova-se regime de urgência urgentíssima com o qual já está comprometido o líder do governo. O problema é fechar um acordo. Outro obstáculo que se aproxima é que semana que vem o Congresso estará vazio por conta das festas de São João que no nordeste funciona como um carnaval durante vários dias, atraiendo grande parte dos parlamentares e provocando um “recesso branco”. O Legislativo só se reunirá de novo na última semana do mês e logo após entra em recesso. A nossa chance de aprovar o PCS antes do recesso é Peluso assumir a defesa do PCS perante o Executivo, fechar um acordo e o projeto ser votado em urgência urgentíssima na última semana de junho.

**Colegas das Justiças Eleitoral, Federal e do Trabalho participem do grande ato de hoje, quarta-feira, dia 16, às 16h no TRE!  
Sua presença é fundamental!**



**ASSEMBLEIA SETORIAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO às 14h, hoje, quarta-feira, antes do GRANDE ATO UNIFICADO no TRE, às 16h.**